

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica

Class.: Político Indígena

Data: 15/03/94

Pg.: 459



Antônio Menezes

O seminário reúne índios da Bacia Amazônica

Índigenas da Amazônia analisam seus direitos

Visando tirar uma estratégia de trabalho em nível nacional e internacional sobre direitos humanos, políticos e sociais dos povos indígenas da Amazônia, foi aberto ontem em Manaus o Seminário Tailler (trabalho) Sobre Direitos Humanos, Políticos e Sociais da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica), que encerra na sexta-feira, 18, com um documento relatando toda a situação dos povos indígenas da Amazônia.

O encontro reúne além dos representantes das organizações indígenas que compõe a Bacia Amazônica (Brasil, Peru, Bolívia, Venezuela, Equador, Guiana Francesa, Guiana Inglesa, Suriname e Colômbia), representantes das Organizações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Procuradoria Geral da República.

De acordo com o coordenador de área dos Direitos Humanos da Coica, Orlandino Melgueiro, durante o seminário será feita uma análise conjuntural sobre direitos humanos do ponto de vista indígena, violação desses direitos nos nove países e as leis internacionais que contemplam os direitos indígenas, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, que está sendo votada por esses dias na ONU, e os 100 anos dos povos indígenas.

No que se refere a revisão constitucional brasileira Melgueiro diz que o

assunto também será motivo de debate. Destaca que há uma preocupação por parte das organizações indígenas para que os direitos conquistados na Constituição de 1988 sejam deixados de lado quando muitos deles ainda não foram ainda nem cumpridos. Um deles é a demarcação de terras. Desde a promulgação da Constituição, em outubro de 88, apenas 42 áreas indígenas foram efetivamente demarcadas e homologadas. "Percebemos que há fortes interesses para que essa demarcação não seja feita num processo contínuo exatamente para deixar de fora algumas áreas", diz o líder indígena.

Orlando Melgueiros disse que existe oposição por parte dos militares, principalmente na fronteira, para que não haja demarcação nessas áreas, sob a justificativa de questão de soberania nacional, influência de narcotráfico e de movimentos desestabilizadores tanto da América Central como Peru e Bolívia.

Os representantes das organizações indígenas também irão buscar, durante o encontro, estratégias para pressionar as autoridades brasileiras para que ocorra o julgamento dos responsáveis pelo massacre do povo Tikuna, no Igarapé do Capacete, no ano de 1988, onde um grupo de pescadores e madeireiros — chefiados pelo fazendeiro Oscar Castelo Branco — matou 15 índios e feriu gravemente 34 indígenas.